

OS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ABORDAGEM FREIRIANA

THE SCHOOLING PROCESSES OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS: A FREIRIAN APPROACH

Rubens Luiz Rodrigues¹
<https://orcid.org/0000-0003-4860-2273>

Resumo:

Este artigo analisa os processos de escolarização de jovens e adultos a partir de uma abordagem freiriana. Considera que a concepção de educação de Paulo Freire, bem como suas proposições e ações, contribuem para situar a escolarização de jovens e adultos como uma conquista da classe trabalhadora. Demonstra que a proposta freiriana de uma educação para a liberdade e para a emancipação humana se insere nas lutas por escolarização de jovens e adultos presentes na sociedade brasileira por rejeitar o caráter manipulatório das proposições ideopolíticas que buscam amortecer os conflitos da crise estrutural do capitalismo. Os objetivos deste artigo visam: identificar a concepção de Paulo Freire acerca da educação e da emancipação humana; salientar a práxis educativa freiriana como referência de resistência e de superação das relações de dominação capitalistas; e abordar os processos de escolarização de jovens e adultos a partir das formulações e proposições freirianas. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica, inserindo as contribuições de Freire numa perspectiva humanista revolucionária. A partir de obras como Educação como prática da Liberdade, Pedagogia do Oprimido, houve a aproximação das formulações freirianas em relação ao significado dos processos de escolarização de trabalhadores (as) jovens e adultos. A reflexão acerca das contribuições de Paulo Freire para os processos de escolarização de trabalhadores(as) jovens e adultos permitem reforçar a contraposição às ameaças autoritárias de um tempo em que a barbárie predomina como condição de reprodução das relações e da acumulação capitalista.

Palavras-chave: Paulo Freire; escolarização de jovens e adultos; capitalismo

Abstract:

This article analyzes the schooling processes of young people and adults from a Freirian approach. It considers that Paulo Freire's conception of education, as well as his propositions and actions, contribute to situate the education of young people and adults as an achievement of the working class. Demonstrate that the Freirean proposal of education for freedom and human emancipation is part of the struggles for schooling of young people and adults present in Brazilian society by

¹ Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora/MG, Brasil.

rejecting the manipulative character of ideopolitical propositions that seek to dampen the conflicts of the structural crisis of capitalism. The objectives of this article aim to: identify Paulo Freire's conception of education and human emancipation; to emphasize the Freirean educational praxis as a reference for resistance and for overcoming the relations of capitalist domination; and approach the schooling processes of young people and adults from Freire's formulations and propositions. The methodology consisted of a literature review, inserting Freire's contributions in a revolutionary humanist perspective. From works such as *Education as a practice of Freedom*, *Pedagogy of the Oppressed*, there approximated Freirean formulations in relation to the meaning of the schooling processes of young and adult workers. The reflection on Paulo Freire's contributions to the schooling processes of young and adult workers allows us to reinforce the opposition to the authoritarian threats of a time in which barbarism predominates as a condition for the reproduction of relations and capitalist accumulation

Keywords: Paulo Freire; youth and adult schooling; capitalism

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as relações entre a concepção de educação de Paulo Freire e as proposições e ações em torno da escolarização de trabalhadores jovens e adultos. No contexto de crise estrutural do Capital e de reação burguesa às resistências, às lutas e às reivindicações populares, situa a escolarização de jovens e adultos como uma conquista da classe trabalhadora fragilizada pelo recrudescimento autoritário do neoliberalismo nos recentes processos de dominação na sociedade brasileira.

Diante deste contexto, o artigo sintetiza-se pela seguinte questão: Como a proposta freiriana de uma educação para a liberdade e para a emancipação humana se insere nas lutas por escolarização de jovens e adultos presentes na sociedade brasileira? Parte da perspectiva de que as orientações em torno da educação para a liberdade e para a emancipação humana rejeitam o caráter manipulatório das proposições ideopolíticas que buscam amortecer os conflitos da crise estrutural do capitalismo.

Os objetivos deste artigo visam: identificar a concepção de Paulo Freire acerca da educação e da emancipação humana; salientar a práxis educativa freiriana como referência de resistência e de superação das relações de dominação capitalistas; e abordar os processos de escolarização de jovens e adultos a partir das formulações e proposições freirianas. Cabe reforçar que a perspectiva de educação para a liberdade e para a emancipação humana se traduz, em Paulo Freire, pela valorização da análise histórica.

A revisão bibliográfica consistiu na inserção das contribuições de Freire numa perspectiva humanista revolucionária. A partir de obras como *Educação como prática da Liberdade*, *Pedagogia do Oprimido*, dentre outras, houve a aproximação das formulações freirianas em relação ao significado dos processos de escolarização de trabalhadores (as) jovens e adultos.

O artigo está organizado em três partes. A primeira parte intitula-se “Paulo Freire, educação e emancipação humana”. Analisa os conceitos de desenvolvimento, democracia e emancipação em Paulo Freire, considerando a formação social brasileira, especialmente as condições de preservação da dominação burguesa diante dos processos de industrialização. Situa a perspectiva

de emancipação humana em Paulo Freire como central para a compreensão do caráter humanista revolucionário presente, sobretudo, em *Pedagogia do Oprimido*.

A segunda parte denomina-se “Práxis educativa freiriana: resistência e superação das relações de dominação capitalistas”. Essa parte destaca o conceito de práxis em Freire, salientando, principalmente a aproximação que estabelece com a abordagem marxiana e marxista. Considera que a práxis educativa freiriana fundamenta a atuação do educador como um trabalhador social em favor da construção dialógica, coletiva e solidária da transformação e da emancipação humana.

“A perspectiva freiriana e os processos de escolarização de jovens e adultos” consiste na terceira parte do artigo. Relaciona as orientações freirianas de uma educação para a liberdade e para a emancipação humana com as lutas pela escolarização de trabalhadores (as) jovens e adultos na sociedade brasileira. Indica que a definição de um conteúdo programático da educação e a auto-organização da classe trabalhadora na escola constituem-se em princípios essenciais das formulações de Paulo Freire para a compreensão da escola e da escolarização de jovens e adultos numa perspectiva de liberdade e de emancipação humana.

A reflexão acerca das contribuições de Paulo Freire para os processos de escolarização de trabalhadores (as) jovens e adultos permitem reforçar o compromisso histórico com as lutas e conquistas da classe trabalhadora. É importante frisar essa convicção, especialmente frente às ameaças autoritárias de um tempo em que a barbárie predomina como condição de reprodução das relações e da acumulação capitalista.

PAULO FREIRE, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

A reflexão acerca da concepção de educação em Paulo Freire requer uma análise transversal, sistematizando formulações conceituais que permitam uma compreensão a partir do conjunto de sua obra. É importante considerar que essas formulações conceituais marcam a trajetória intelectual e política do autor, apesar da ênfase adquirida em determinadas produções.

As formulações conceituais em termos do desenvolvimento, da democracia e da liberdade contribuem para a análise do significado da perspectiva educacional de Paulo Freire no sentido da compreensão dos processos históricos da dominação vigentes na sociedade brasileira. Pode-se considerar que a perspectiva educacional freiriana referia-se a condições de desenvolvimento da sociedade, de democratização do poder e de práxis libertadora, buscando a necessária ruptura com os processos históricos da exploração, da dominação e da opressão.

“Educação como Prática da Liberdade” (1967) e “Pedagogia do Oprimido” (1987) configuraram-se nas obras centrais na abordagem do desenvolvimento, da democracia e da liberdade como formulações conceituais que fundamentam a concepção de educação de Paulo Freire. Ao empenharem-se na análise das características dos processos históricos vigentes na sociedade brasileira, essas obras delimitam os conceitos destacados pela demonstração de que os avanços industriais conservavam as relações de exploração, de dominação e de opressão sobre as condições de vida e de trabalho.

As análises freirianas relacionam-se com o que Coutinho (2005) denominou como modernização conservadora em que, desde sua gênese, a burguesia brasileira impingia transformações econômicas, políticas e sociais pelo alto, de maneira autoritária e utilizando-se da

aparelhagem estatal. Essas transformações consolidavam os interesses da burguesia em associação subordinada e dependente a internacionalização da economia capitalista. Ao mesmo tempo, limitavam os movimentos contestatórios, colocando obstáculos às reivindicações populares, que pretendiam ampliar sua participação nas decisões do país.

Coutinho (2005) alerta que as relações de subalternização originárias do escravismo colonial foram preservadas após a Proclamação da República. O fim da escravidão liberou trabalhadores do campo e da cidade para a instauração definitiva das relações capitalistas na sociedade brasileira, mas sem proporcionar condições de vida e de trabalho pela socialização dos bens materiais e culturais.

O autor de “Cultura e sociedade no Brasil” permite observar, também, que as precárias condições de vida e de trabalho favoreceram ao estabelecimento da dependência pessoal como perspectiva central das relações de classe, delineada pelo clientelismo, pelo patriarcalismo e pelo assistencialismo. As relações de dependência pessoal revelavam o movimento singular da burguesia brasileira no contexto da correlação de forças, da luta de classes, da disputa de projetos no interior da sociedade brasileira de dirimir a unidade entre trabalhadores e trabalhadoras, enfraquecendo sua resistência. Para conter as reivindicações populares e adequá-las aos interesses da dominação, a burguesia brasileira utilizou-se historicamente da estratégia de antecipar-se a capacidade de organização, de mobilização e de proposição da classe trabalhadora por meio de concessões ou por medidas paliativas.

Fernandes (2006) considera que o processo de modernização conservadora expressava a ação autocrática da burguesia brasileira, negando as condições de igualdade para a classe trabalhadora no contexto de industrialização. A modernização conservadora permitiu que a agricultura servisse de base para o crescimento industrial, atribuindo-lhe um tratamento discriminatório já que a legislação negligenciava direitos ao trabalho no campo, mantendo a precariedade das condições de vida da população rural. Ao mesmo tempo, Oliveira (2003) destaca que a agricultura fornecia alimentos a baixos preços e números expressivos de trabalhadores para o crescimento urbano, favorecendo o “exército industrial de reserva”.

Pode-se considerar que Freire (1967) atentava para as características da transição definitiva da sociedade brasileira à industrialização capitalista. O educador apontava a necessidade de superação de um processo de modernização que conservava relações opressivas, empreendidas “pelo alto” e que mantinham os interesses da burguesia brasileira associada ao capital internacional.

Freire (1967) propunha pensar o desenvolvimento como um problema crucial da transição para a industrialização brasileira. Na perspectiva freiriana, era necessário superar o poder desumano das opressões de classe, que travava o desenvolvimento, preservando as precárias condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras.

Em “Educação como prática da liberdade”, Freire (1967) aborda o desenvolvimento como uma transitoriedade cuja dimensão central consiste na mudança de mentalidade acerca do lugar que a classe trabalhadora ocupa na sociedade. O desenvolvimento envolveria “não apenas questões técnicas ou de política puramente econômica ou de reformas de estruturas” (Freire, 1967, p. 94), mas se configuraria em um movimento de “emersão do povo e suas crescentes reivindicações” (Idem).

Ao refletir sobre o processo de transição promovido pela industrialização na sociedade brasileira, Freire (1967) reforçava a perspectiva de que o desenvolvimento pautado na concentração de poder econômico, político e cultural implicava em exploração, em dominação e em opressão sobre a classe trabalhadora. Pode-se considerar que o autor enfatizava que a necessidade de desenvolvimento em termos de formação dos sujeitos para a humanização colocava o problema crucial da supressão do poder de classe.

Negligenciar o poder de classe provocava duas dificuldades para a emergência popular na transição provocada pela industrialização brasileira. A primeira dificuldade era minimizar a capacidade que os dominantes tinham de manter seus privilégios. A segunda dificuldade dizia respeito à enunciação da emergência popular, sem proporcionar condições organizativas, conscientização crítica e estratégias preparativas de poder decisório. (FREIRE, 1967)

Desenvolver uma proposta educacional capaz de expressar as transformações sociais, ativando as potencialidades populares de decisão sobre os rumos da sociedade brasileira configurava-se em elemento essencial das formulações freirianas. A educação voltada para o desenvolvimento evitava o que Freire (1967) denominou como desenraizamento humano provocado pela industrialização. Situar a problemática do homem era o mote de uma educação que advertia sobre os perigos do tempo histórico ao mesmo tempo em que fortalecia a luta pela humanização.

Na perspectiva freiriana, o desenvolvimento consistia em uma característica central da luta por humanização. Entretanto, sua potencialidade estava articulada a conquista da democracia. (FREIRE, 1967)

A democracia se revela como uma conquista na medida em que expressa relações de alteridade em que os sujeitos buscam uma verdade em comum pelo compartilhamento, pela investigação, pelo conhecimento da realidade. Para superar o autoritarismo, o populismo, o monopólio do poder historicamente presentes na sociedade brasileira, Freire (1967) estava convencido de que as conquistas democráticas se concretizariam pela consolidação de um processo de conscientização crítica capaz de alavancar os desafios e perspectivas populares.

Para o autor de “Educação como prática da liberdade”, a conscientização crítica em torno das conquistas populares requeria um agir educativo comprometido com a democracia e a democratização nos processos de humanização. O agir educativo expressa os movimentos de socialização da política, abordados por Coutinho (2000), em que as reivindicações populares passam a se confrontar com as estratégias e os métodos antidemocráticos do autoritarismo, do populismo e do monopólio do poder. (FREIRE, 1967)

Ao mesmo tempo, o agir educativo freiriano buscava fortalecer a democracia em relação às ameaças de massificação geradas pela transição brasileira aos processos de industrialização. A massificação resultante da industrialização mantinha as tendências verbalistas de uma sociedade pautada pelo autoritarismo, pelo populismo, pelo monopólio do poder. (Freire, 1967)

Essa tendência preservava uma posição popular ingênua em termos dos problemas reais que marcam seu tempo e seu espaço histórico. Debater experiências de vida, analisar condições sociais e propor mudanças políticas constituíam-se em fundamentos da democracia que Freire

(1967) enunciava como potencializadores da conscientização, da proposição e da participação popular nas decisões na sociedade.

As reflexões e as formulações freirianas ratificam um entendimento de que a burguesia e seus grupos aliados se ressentem de condições ideopolíticas de articular desenvolvimento e democracia como um projeto civilizatório. Pode-se considerar, entretanto, que a centralidade que a classe trabalhadora adquiriu, sobretudo, em “Educação como prática da liberdade” circunscrevia-se a uma perspectiva de igualdade nas relações socioeconômicas, ideopolíticas e educacionais, especialmente no contexto industrial brasileiro. Embora se expressem como fundamentos da atuação intelectual e política freiriana, as ideias de desenvolvimento e de democracia foram redimensionadas a partir da incorporação do conceito de liberdade que, como ressalta Fernandes (2016), atribuiu um sentido emancipatório ao projeto humanista de Paulo Freire.

Em “Pedagogia do Oprimido”, Freire (1987) define a emancipação humana pela perspectiva da libertação da consciência incoerente e desumanizada em que se encontravam os oprimidos. Ao permanecer convicto em torno da conscientização dos oprimidos, a ideia de libertação se articula e reformula as perspectivas de desenvolvimento e de democracia, oferecendo condições para a crítica radical e revolucionária aos processos de produção da vida pautadas nas relações de opressão.

A partir das articulações e reformulações em torno das ideias de liberdade, pode-se considerar que a abordagem freiriana da emancipação adquiriu um sentido vinculado ao que Tonet (2012) denomina como trabalho associado. Nesse sentido, a emancipação se expressaria com base nos princípios de que os homens estabelecem na produção da vida em comum pelo controle consciente do processo na sua integralidade, estando ausente o assujeitamento à natureza, bem como às relações de exploração, de dominação e de opressão.

Por sua crítica a relações de exploração, de dominação e de opressão na educação e na sociedade, a abordagem freiriana assimilou a emancipação como forma de manifestação ilimitada e integral dos homens. Apropriando-se de formulações marxianas e marxistas, pode-se salientar que Freire (1987) buscava potencializar essas manifestações emancipatórias na educação como resistência, mas também como criação de relações instauradoras de uma nova sociabilidade.

Em termos da manifestação ilimitada dos homens, a educação emancipadora freiriana referia-se à capacidade do sujeito, consciente de sua inconclusão, promover um permanente e aperfeiçoável movimento em busca de ser mais. No que se refere ao sentido integral dos homens, a educação emancipadora freiriana aborda a construção unitária e coletiva do ser do homem.

A partir de “Pedagogia do Oprimido”, pode-se considerar que Freire (1987) constitui sua proposta educativa tendo nas ideias de desenvolvimento, democracia e liberdade um potencial articulador de horizonte humanista revolucionário para fortalecer as lutas contra a opressão. Cabe salientar, entretanto, que a liberdade assume prioridade, centralidade e organicidade porque envolve a denúncia às relações opressoras na enunciação da emancipação humana, aprofundando uma concepção crítica de educação no âmbito dos compromissos, das reivindicações e dos projetos da classe trabalhadora.

Na luta contra a mistificação, a alienação, a inculcação ideológica, Freire (1987) situou a educação como condição de emancipação humana, orientando-se pela perspectiva de ruptura com

a totalidade social pela transformação radical do processo histórico. Isso porque sua concepção de educação se alicerça na práxis consciente e coletiva de sujeitos livres e autodeterminados. Essa análise requer aprofundar o significado da práxis educativa freiriana para a construção da resistência e superação das relações de opressão.

PRÁXIS EDUCATIVA FREIRIANA: RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO DAS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO CAPITALISTAS

A teoria crítica da educação formulada por Paulo Freire demonstra sua filiação aos movimentos e organização de trabalhadores e trabalhadoras em torno da emancipação humana. Sua intenção é a de apontar desafios e perspectivas de consolidação de um horizonte humanista revolucionário.

A base da teoria crítica freiriana era o diálogo que proporcionasse a conscientização frente às condições históricas do autoritarismo, da manipulação e da negação da participação popular nos rumos da sociedade. A leitura da palavra vinculada à realidade socioeconômica e ideopolítica brasileira era o mote da crítica consciente, que vislumbrava alternativas para a emancipação humana. (FREIRE, 1987)

A possibilidade de superação das relações de opressão fundamenta-se em uma práxis educativa orientada pelas lutas coletivas, que proporcionassem um processo de reflexão-ação acerca das condições objetivas de vida e de trabalho. Vinculada às lutas coletivas, a práxis educativa freiriana contrapunha-se a concepção bancária de educação em que educandos (as) e educadores (as) constituem-se em objetos de um conhecimento a-histórico, monolítico e reduzido, cujo propósito consiste em negar a apropriação crítica da realidade. (FREIRE, 1987)

Cabe ressaltar, aqui, a aproximação do pensamento freiriano em relação às formulações de Gramsci (2004), especialmente no que se refere ao conceito de intelectual orgânico. Em “Ação cultural para a liberdade e outros escritos”, Freire (1981) aproxima-se da perspectiva gramsciana por situar a práxis educativa no contexto da luta de classes, atribuindo ao trabalhador social o lugar de educador. Almejando a mudança, o trabalhador social compreende os condicionantes históricos do conhecimento e busca relacioná-los aos interesses dos oprimidos.

Na distinção entre o educador que adere a mudança e o seu antagônico que preserva a estrutura ideopolítica da dominação, inexistente neutralidade na práxis educativa freiriana. Isso porque:

[O educador] trabalha com, jamais sobre, os indivíduos, a quem considera sujeitos e não objetos, incidências de sua ação. Por isso mesmo é que, humilde e crítico, não pode aceitar a ingenuidade contida na “frase feita” e tão generalizada em que ele aparece como o “agente da mudança”. Esta não é tarefa de alguns, mas de todos os que com ela realmente se comprometem. (Idem, p. 34)

O educador articula, intencionalmente, os interesses da classe trabalhadora em torno do conhecimento positivo, mas, sobretudo, da consciência crítica que se tem dele. A construção da consciência crítica pelo conhecimento da realidade requer do educador compreender as proposições e ações dos grupos dominantes, tanto em termos de suas perspectivas manipulatórias quanto de evitar o espontaneísmo como condutor da transformação social. Conhecer a realidade,

enfrentar o sistema de forças, relacionar tática e estratégia constituem a formação de um educador cuja:

[...] educação ou a ação cultural para a libertação, em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é o autêntico ato de conhecer, em que os educandos – também educadores – como consciências “intencionadas” ao mundo ou como corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos, como conseqüência do ato de reconhecer o conhecimento existente. Mas – não será demasiado reenfatar – para que a educação, como prática da libertação, possa tentar a realização de um tal reconhecimento do conhecimento existente, de que decorre a procura de novos conhecimentos, jamais pode fazer coincidir sua forma de “tratar” a consciência do homem com o modo pelo qual a “trata” a educação dominante. Daí a necessidade a que fizemos referência anteriormente de o educador, que fez a opção humanista, perceber corretamente as relações consciência-mundo ou homem-mundo. (Idem, p. 80-81)

Considerando a práxis educativa como “a relação entre a consciência do projeto proposto e o processo no qual se busca sua concretização” (Idem, p. 35), cabe ao educador que adere a mudança proporcionar “uma compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo” (Idem, p. 53). Problematizar a realidade, produzi-la por meio de uma linguagem criadora e transformar o mundo por uma ação coletiva constituem a liberdade como método, como objetivo, como opção de valor. Como sujeitos conscientes no e com o mundo, homens e mulheres objetivam sua existência, adquirindo um distanciamento “capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se” (Idem).

Apropriando-se das formulações marxianas em “O Capital”, Freire (1981) afirma a relação dialética entre atuar sobre a realidade objetiva e conscientizar-se desta atuação. Nesse sentido, o autor rompe tanto com o objetivismo mecanicista, que traduz a consciência como reflexo da realidade, quanto com o idealismo subjetivista, que despreza os condicionantes do real sobre o ser consciente. Sua intenção é de reforçar que a ação transformadora decorre do processo de conscientização em que o sujeito reconhece o condicionamento da consciência.

Reforçar a ação transformadora pelo processo de conscientização define o lugar do educador crítico no desenvolvimento do trabalho social. Isso implica, para Freire (1981), colocar o educador crítico diante do humanismo revolucionário a partir da seguinte síntese: conhecer a realidade existente, denunciando suas contradições e anunciando um novo projeto de sociedade pautado em uma práxis fundamentada em fatos concretos, fontes de seu conhecimento e na construção coletiva com o povo.

Em “Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire”, a formulação em torno da práxis educativa reforça o processo de conscientização como denúncia aos mitos veiculados pelas classes dominantes. Além disso, propõe um conjunto de ideias-força para a consolidação de uma práxis educativa desde uma perspectiva crítica. Essas ideias-força consistem em uma reflexão sobre as condições de vida do homem concreto de modo a proporcionar sua formação como sujeito. A reflexão do homem sobre seu contexto tende a ampliar seus compromissos em termos de conscientizar-se e transcender à realidade que o constitui como ser social, reconhecendo-se como produtor de sua historicidade e de sua cultura. (FREIRE, 1979)

Como importante dimensão de uma práxis educativa libertadora, pode-se assinalar que a concepção de cultura em Freire (1979) reforça a atuação de trabalhadores (as) como elaboradores e implementadores de projetos intelectuais. Nesse contexto, trabalhadores (as) organizam a produção e a reprodução dos significados e valores dos grupos sociais em contexto de opressão para se inserir no campo de lutas, disputar a direção ideopolítica da sociedade e promover a transformação social.

Em “Educação e mudança”, Freire (1979) destaca que o educador que fortalece a liberdade compreende a cultura como criação e recriação humana. Suas análises acerca da realidade buscam delinear a relação de unidade entre as formas de sentir, pensar e agir dos sujeitos, entre os poderes econômicos e ideopolíticos, entre os fundamentos do conhecimento científico e as práticas sociais.

Essa unidade de análise situa o educador como o enunciador da revolução cultural por produzir a linguagem e a comunicação como forças sociais, por enfatizar o diálogo pelo uso crítico e criativo dos signos, por apoiar as formas de transformação. Na dialética entre estabilidade e mudança, o educador busca desvelar as formas emergentes do novo, observando as condições de superação do que ainda permanece na estrutura social. (FREIRE, 1979)

Orientado pela práxis educativa para a liberdade, o educador articula as questões em torno da revolução cultural de modo que a superação das relações de opressão se constitua intrinsecamente a apropriação e reapropriação do conhecimento da realidade por parte da classe trabalhadora. Por essa relação em favor da revolução cultural, a ideia é que educadores (as) e educandos (as) possam suprimir as ações manipulatórias que mantêm a dominação e o silenciamento provocado pela opressão. (FREIRE, 1979)

Suprimir as ações manipulatórias, romper com o silenciamento provocado pelas opressões, radicalizar a forma de ser dos seres humanos expressam o sentido da resistência e da transformação da práxis educativa freiriana. Garantir o sentido de uma práxis educativa comprometida com a liberdade que resiste e transforma a realidade requer o reconhecimento da unidade necessária entre líderes e massas populares em permanente processo de autoavaliação (FREIRE, 1981)

A práxis educativa para a liberdade constitui-se em constante exercício de reflexão-ação desenvolvido por educadores e educandos cujo propósito revolucionário é de promover a emancipação humana. Oferecer as condições de manifestação livre do gênero humano define o caráter da luta contra a mistificação, a alienação, a inculcação ideológica.

A relação entre a educação voltada para a liberdade e a emancipação humana engendra a perspectiva freiriana da resistência como princípio da transformação radical do processo histórico. Isso porque a práxis educativa configura-se no âmbito da consciente e coletivo de sujeitos livres e autodeterminados frente à realidade.

A perspectiva freiriana de uma educação para a liberdade marcou, e marca, os processos de escolarização de jovens e adultos. A próxima parte tem por objetivo considerar a escolarização de jovens e adultos em termos do sentido emancipatório das formulações freiriana acerca da educação para a liberdade.

A PERSPECTIVA FREIRIANA E OS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Considerar a práxis educativa freiriana a partir de um processo humanista revolucionário voltado para a liberdade e a emancipação contribui para a reflexão das proposições e ações em torno da escolarização de jovens e adultos. Isso porque a abordagem voltada para a liberdade e para a emancipação humana indaga a respeito das concepções educacionais presentes na educação escolar, especialmente em sua articulação com a formação para o trabalho.

Autores como Leite (2013) destacam o importante lugar da educação de jovens e adultos na luta pelo compromisso estatal com a ampliação do direito ao conhecimento, à ciência, à cultura. Na perspectiva da autora, as reivindicações em torno da escolarização de jovens e adultos situam-se no contexto das lutas coletivas que se opuseram à concepção de educação forjada pela burguesia brasileira para perpetuar a dominação.

Pode-se considerar, a partir das formulações de Leite (2013), que o sentido libertador da práxis educativa freiriana orientou essas lutas, buscando que os processos de escolarização de jovens e adultos superassem um conhecimento linear, estático, reduzido a palavra descontextualizada das condições objetivas e das experiências subjetivas de vida e de trabalho. O objetivo é o de produzir um conhecimento significativo em que as atuações de educadores (as) e educandos (as) como sujeitos permitam a problematização da realidade, sua apropriação crítica pelo diálogo compartilhado e a ruptura com os processos de alienação.

Cabe destacar, entretanto, que a práxis educativa freiriana diz respeito à articulação da produção de um conhecimento crítico com a superação das relações que fundamentam a sociabilidade do Capital. Significa dizer que a educação para a liberdade proposta por Freire (1987) tencionou a produção do conhecimento crítico na escolarização de jovens e adultos em favor da superação da exploração, da dominação, da opressão próprias da sociedade capitalista.

As formulações de Freire (1987) sobre a práxis educativa libertadora implicam em configurar a escolarização de jovens e adultos com base no conhecimento da forma capitalista de sociabilidade, na articulação de suas condições sociais concretas com a história da humanidade e na identificação da natureza de suas crises. Esse pressuposto da práxis educativa freiriana permite afirmar que a escolarização de jovens e adultos incentive a participação ativa dos sujeitos nas lutas sociais que potencializam a transformação radical da sociedade.

Isso implica delinear a escolarização de jovens e adultos como uma proposta que resgata o compromisso estatal com a educação, a luta pela ampliação de direitos e as reivindicações por reconhecimento sociocultural, mas que não encerra, como ressalta Marx (2005), os processos de emancipação humana. Ao contrário, requer refletir sobre os limites que se encontram delineados no contexto da educação escolar, especialmente pela análise da formação social brasileira, bem como abordar os desafios da relação da práxis educativa voltada para a liberdade e para a emancipação humana e a escolarização de jovens e adultos.

Em termos dos limites da educação escolar, vale observar que conquistas políticas na escolarização de jovens e adultos – obrigação do Estado com a educação pública, ampliação de direitos, garantia da cidadania – têm sido historicamente negligenciadas pelas forças da conservação, da dominação e da opressão presentes na sociedade brasileira. Como explica Tonet

(2012), reforçar uma proposta educativa voltada para a cidadania tende a aprofundar uma perspectiva idealista, que tangencia os interesses, as trajetórias e os projetos da classe trabalhadora.

A partir da afirmação do autor de “Educação contra o Capital”, pode-se ressaltar que o processo de reestruturação produtiva proporcionado pelo atual estágio da acumulação capitalista aprofunda as proposições e ações de escolarização de jovens e adultos na direção de uma cidadania inclusiva que atende aos interesses burgueses. As concepções, os valores e as perspectivas da cidadania inclusiva consolidam preceitos ideopolíticos hegemônicos na escolarização de jovens e adultos que definem os processos formativos com base em exigências de adaptação às condições de intensificação e de precarização do trabalho e às ameaças de desemprego.

Ao se expressar como preceito ideopolítico que busca preservar o consenso em torno dos processos formativos de escolarização de jovens e adultos, as proposições e ações da cidadania inclusiva mantém as relações de opressão que constituem obstáculos a conscientização crítica dos sujeitos na apropriação da realidade social. Ao mesmo tempo, negam o sentido emancipatório da educação ao refutar as condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras. (TONET, 2012)

Cabe, então, refletir acerca do sentido emancipatório da educação para a liberdade em contextos de escolarização de jovens e adultos. Essa reflexão requer atentar tanto para as dimensões do conteúdo programático quanto para os processos organizativos da educação escolar.

Em termos do conteúdo programático, as formulações de Freire (1987) contribuem para a reflexão por insistir que o conhecimento escolar abordasse os problemas econômicos, sociais e políticos que envolviam operários (as) e camponeses (as). A potencialidade problematizadora do conhecimento para trabalhadores (as) pouco ou não escolarizados (as) era articulada por dois pilares do conteúdo programático: a perspectiva da investigação e a valorização docente.

Embora esses dois pilares encontrem especificidades, inclusive temporais, na obra freiriana, sua reflexão articulada permite caracterizar os processos de escolarização com vista a uma educação para a liberdade na direção da emancipação humana. Isso porque a articulação da perspectiva da investigação com a valorização docente implica o necessário diálogo entre educadores (as) e educandos (as) na definição do significado adquirido pelo conteúdo programático da educação desenvolvido nos processos de escolarização de jovens e adultos.

Desde Pedagogia do Oprimido, Freire (1987) salientava que a investigação como avaliação da proposta educativa de modo a permitir uma ação de constante (re)apropriação da realidade. Essa ação de constante (re)apropriação da realidade pela investigação reforça o diálogo na escolarização de jovens e adultos, atribuindo significado à identificação das experiências de vida, às contradições do processo social, aos desafios na construção de projetos coletivos.

A investigação e, principalmente, a formulação do que Freire (1987) denominava como temas geradores exercem importância na escolarização de jovens e adultos por relacionar o conhecimento com a crítica às relações de exploração, de dominação e de opressão. Ao mesmo tempo, permite a emergência das concepções de mundo, dos valores políticos e das condições culturais potencializadoras da transformação social e da emancipação humana.

Além da perspectiva da investigação, a valorização docente constituía-se em um dos pilares do conteúdo programático para a potencialidade problematizadora do conhecimento para trabalhadores (as) pouco ou não escolarizados. Ainda que publicada em um contexto distinto de

Pedagogia do Oprimido, pode-se considerar que Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, publicada em primeira edição em 1996, retrata a valorização docente na definição do conteúdo programático da educação.

Ao preservar o diálogo entre educadores (as) e educandos (as), Freire (1996) valorizou a docência no conteúdo programático da educação pelo rigor metódico no tratamento do conhecimento, pelo sentido crítico na compreensão do contexto social, pela conscientização das práticas sociais sempre em uma perspectiva histórica de intervenção no mundo. O respeito aos educandos e às educandas no processo de escolarização de trabalhadores (as) jovens e adultos significava que o (a) docente desenvolvesse a luta e a resistência à dominação por movimentos de alteridade, a democracia como mote da conscientização crítica da realidade, a liberdade na produção de sínteses culturais em favor da transformação e da emancipação.

As abordagens freirianas acerca da organização da educação também contribuem para a reflexão dos processos de escolarização de trabalhadores (as) jovens e adultos. Isso porque sistematizam uma construção colegiada desses processos com base na autonomia dos sujeitos, na participação política e na centralidade da cultura popular.

Freire (1996) define autonomia como responsabilidade coletiva dos sujeitos a construção de movimentos de resistência a partir de uma intervenção político-educativa decisiva na sociedade. Essa intervenção ocorre em todos os espaços sociais, incluindo a escola.

Dessa forma, o método democrático e livre de construção das decisões adquire relevância nos processos de escolarização por atribuir aos trabalhadores (as) jovens e adultos lugar central na definição das concepções de mundo, dos valores políticos e nas tradições socioculturais. A autonomia constitui-se, portanto, como uma relação em que sujeitos, em uma perspectiva coletiva e solidária, buscam resistir e superar as expressões do autoritarismo, das hierarquias e do monopólio do poder.

Orientados pela perspectiva freiriana, os processos de escolarização de trabalhadores jovens e adultos almeja fortalecer uma alternativa ideopolítica à exploração, à dominação e à opressão por orientar-se pela realidade concreta dos sujeitos que, pelo diálogo, conquistam a conscientização pela livre manifestação de ideias, de ações e projetos. A seguir, a síntese apresenta o sentido da autonomia na escolarização de trabalhadores jovens e adultos:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexistente validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz. (FREIRE, 1996, p. 13)

A participação política articula-se à autonomia dos sujeitos nos processos de escolarização de trabalhadores jovens e adultos. Sem participação política, é impossível ampliar o poder decisório na superação das condições de desigualdade que marcam a exploração, a dominação e a opressão.

Em obras como *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) refere-se ao populismo, ao autoritarismo e ao elitismo como mecanismos inibidores da participação popular nos processos decisórios. Ao mencionar que o problema crucial de uma educação para a liberdade diz respeito a incorporação das relações de opressão nas formas de sentir, pensar e agir do oprimido, o autor indica a necessidade de se evitar a utilização das determinações econômico-sociais, ideopolíticas e culturais como argumentos de negação da participação política.

Propor a participação política nos processos de escolarização de jovens e adultos significa recusar discursos fatalistas que acomodam as contradições em detrimento das possibilidades de uma reflexão crítica, conscientizadora e emancipatória em favor da classe trabalhadora. É preciso que os processos de escolarização de jovens e adultos reforcem a auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras no sentido freiriano de promover a participação política nas decisões educacionais, rompendo com o domínio da palavra descontextualizada que viabiliza as relações de opressão. A escolarização de trabalhadores jovens e adultos requer a participação política como eixo do processo educativo voltado para a liberdade:

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada. (FREIRE, 1987, p. 45)

A conquista da autonomia pela participação política dos (as) educandos (as) da EJA nas decisões que marcam os processos de escolarização aponta, por fim, para a concepção de cultura popular presente nas formulações freirianas. Em *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*, Freire (1981) delinea essa concepção como a capacidade de trabalhadores (as) tornarem-se formuladores de projetos intelectuais por sua inserção nas condições sociais da produção e da reprodução do pensamento e da ação humanas.

Como formuladores de projetos intelectuais diante das condições sociais de produção e reprodução do pensamento e da ação humanas, Freire (1981) considera que trabalhadores (as) sistematizam significados e valores em contextos de opressão. Ao mesmo tempo em que ocorre essa sistematização, indica que se forja um campo de lutas, que articula a democratização como princípio da transformação social.

Referenciados na perspectiva freiriana de cultura popular, os processos de escolarização de jovens e adultos recusam as separações artificiais, mecânicas e arbitrárias entre a ação dos sujeitos no mundo e os poderes econômicos, políticos e ideológicos. Relacionar experiências dos sujeitos no mundo e seus condicionantes econômicos, políticos e ideológicos implica que os processos de escolarização identifiquem a linguagem e a comunicação como forças sociais, amortecendo ou propiciando a resistência frente à exploração, à dominação e à opressão; reforcem o uso crítico e criativo dos signos para possibilitar as formas emergentes do novo; e proporcionem a conscientização em contraposição ao idealismo.

CONCLUSÃO

Os ataques do (neo)conservadorismo e do (neo)liberalismo à educação impõem obstáculos significativos aos processos de escolarização de trabalhadores (as) jovens e adultos. Acrescidos de um verniz ideopolítico autoritário, policialesco e negacionista, como se constitui com o bloco no poder de Bolsonaro, a correlação de forças, a luta de classes e as disputas de projetos antagônicos presentes na sociedade brasileira tendem a consolidar uma agenda acentuadamente restritiva para a educação de jovens e adultos.

A radicalização dos interesses da burguesia brasileira como sócia subordinada ao Capital em tempos de sua crise estrutural permitiu que proposições e ações de isenção estatal com investimentos, de restrições das políticas sociais e de perda de direitos se conjugassem ao alastramento da desigualdade, ao aumento do desemprego, à intensificação da precarização das condições de vida da classe trabalhadora. A orientação ideopolítica dominante utilizou, e utiliza-se, do discurso da cidadania inclusiva para aplacar a resistência, a luta e as alternativas que pretendem superar esse contexto denunciando suas contradições, mas anunciando que a organização dos de baixo constitui-se como estratégia de outro mundo possível.

Nesse contexto, a abordagem freiriana em termos de uma educação voltada para a liberdade pode auxiliar na contraposição às representações autoritárias, policialescas e negacionistas, que disseminam a perseguição ideopolítica, o desrespeito sociocultural e o ódio de classe na sociedade brasileira. Decerto que mesmo as proposições e ações persecutórias, desrespeitosas e odiosas buscam silenciar as proposições e ações inspiradas no autor de Pedagogia do Oprimido que atuam contra a exploração, a dominação e a opressão.

Entretanto, a rejeição freiriana ao fatalismo dos discursos e relações dominantes fortalece a convicção de que o devir histórico guarda possibilidades desde que articuladas aos desafios colocados à população majoritária da sociedade capitalista. Em outros termos, é preciso aprofundar os compromissos com o desenvolvimento, com a democracia, com a emancipação pela conquista coletiva, solidária e propositiva dos (as) trabalhadores (as).

Na educação brasileira, a escolarização de jovens e adultos constituiu-se em expressão dessas conquistas, sobretudo pelo compromisso histórico com os preceitos que Paulo Freire buscou explicitar em torno da autonomia dos sujeitos, da participação política e da cultura popular. Defender a escolarização de jovens e adultos sinaliza para a continuidade das lutas, mas considerando que a crise estrutural do Capital impede que sua perspectiva de construção de um conteúdo educacional programático e de auto-organização dos trabalhadores possa se conciliar com as perspectivas manipulatórias da reação burguesa.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Néilson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTINHO, Carlos Néilson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. – 5 ed. – São Pulo: Ed. Globo, 2006.

FERNANDES, Sabrina. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 37, nº 135, p. 481-496, abr.-jun., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00481.pdf>, em 19/04/2021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Porto: Afrontamento, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, VOL. III, 2004.

LEITE, Sandra Fernandes. **O Direito à educação básica para jovens e adultos na modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital**. 2ªed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.